

PROGRAMA DO CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2024

SEM PUBLICAÇÃO NO JOUE

AQUISIÇÃO DE *HARDWARE* E OUTROS ARTIGOS/EQUIPAMENTOS
PARA O INSTITUTO DE EMPREGO DA MADEIRA, IP-RAM

Artigo 1.º

Identificação e objeto do concurso

O presente procedimento reveste a forma de concurso público sem publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, por Lotes, e tem por objeto a celebração de contrato(s) de aquisição de *Hardware* e outros artigos/equipamentos para o Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM (IEM, IP-RAM), nos termos previstos no Caderno de Encargos e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, pessoa coletiva de direito público n.º 508960231, com sede à Rua da Boa Viagem, n.º 36, 9060-027 Funchal, telefone 291145740, endereço eletrónico administracao@iem.madeira.gov.pt e plataforma eletrónica www.acingov.pt.

Artigo 3.º

Decisão de contratar e de autorização da despesa

A decisão de contratar e a autorização da despesa decorrente do(s) contrato(s) a adjudicar constam do Despacho de 03.12.2024, da Presidente do Conselho Diretivo do IEM, IP-RAM, proferido ao abrigo da alínea a) do subponto 1.3. do ponto 1 da Deliberação n.º 3/2022, de 29 de junho, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, II Série, n.º 123, Suplemento, de 30 de junho, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/M, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1/2024/M, de 12 de agosto.

Artigo 4.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do concurso são disponibilizadas na plataforma eletrónica referida no artigo 2.º supra, desde o dia da publicação do anúncio do procedimento no Diário da República.
2. As peças do concurso encontram-se igualmente disponíveis para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio do procedimento no Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, na entidade a que se refere o artigo 2.º, nos dias úteis, durante as horas de expediente (das 09h00m às 12h30m e das 14h00m às 17h30m).
3. No caso previsto no número anterior, os serviços da entidade adjudicante registam o nome e o endereço eletrónico dos interessados que consultem as peças do concurso.
4. A disponibilização das peças do concurso é efetuada a título gratuito.

Artigo 5.º

Esclarecimentos às peças do concurso

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso serão prestados, nos termos dos artigos 50.º, 69.º n.º 2 e 109.º n.º 1 do Código dos Contratos Públicos pelo Júri do Procedimento, cujas competências são, para além do mais, as previstas no n.º 1 do artigo 69.º do mesmo diploma legal.

Artigo 6.º

Agrupamentos

1. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, nos termos do disposto no artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

2. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na fase da apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis pela manutenção da sua proposta, com as legais consequências.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. As entidades que compõem o agrupamento devem designar um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente procedimento, incluindo a assinatura da proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos para cada uma das entidades que o compõem. Não existindo representante comum, os documentos que integram a proposta devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
5. No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, devendo apresentar cópia do Contrato de Consórcio, o qual deve indicar a percentagem de participação de cada um dos elementos do consórcio e o líder do mesmo.

Artigo 7.º

Modo de apresentação da proposta e documentos que a acompanham

1. A entrega da proposta deverá ser efetuada através da plataforma eletrónica de contratação pública acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt e terá, sob pena de exclusão, que ser constituída pelos seguintes documentos:
 - 1.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o Anexo I-M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, constante do Anexo I ao presente Programa do Concurso, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar.
 - 1.2. Documento que contenha o preço total da proposta e unitário, por lote, sem incluir o IVA, conforme discriminado na cláusula 13.ª do Caderno de Encargos, de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar.

- 1.3. Documento que contenha a descrição pormenorizada dos bens identificados no Anexo 1 do Caderno de Encargos.
2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente entenda apresentar por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe fazê-lo, podendo concorrer a um ou mais Lotes, discriminados no Caderno de Encargos.
4. A proposta apresentada não é objeto da negociação.
5. A proposta deve mencionar expressamente que ao preço global, acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa aplicável.
6. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sendo admissível a literatura em inglês, nos termos do n.º 2 do artigo 58.º do CCP.
7. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
8. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 8.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes e/ou que impliquem alterações ou derrogações ao Caderno de Encargos.

Artigo 9.º

Modo e prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas, diretamente na plataforma eletrónica indicada no artigo 2.º deste Programa do Concurso, até às 17H do 30.º dia, a contar da data do envio do anúncio para publicação ao Diário da República.

Artigo 10.º

Prazo da obrigação da manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo fixado para a apresentação de propostas.

Artigo 11.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para o Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, determinada através da modalidade monofator, pelo que o único aspeto da execução do(s) contrato(s) a celebrar submetido à concorrência é o preço, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Todos os valores serão arredondados a duas casas decimais.
3. Caso exista igualdade no preço entre propostas de um mesmo Lote, após a aplicação do critério fixado, serão aplicados os fatores de desempate pela seguinte ordem:
 - a) Proposta do concorrente com características técnicas superiores aos mínimos exigidos;
 - b) Proposta que apresente menor prazo de entrega dos bens objeto do contrato.
4. Caso subsista o empate, o desempate será realizado por sorteio, sendo notificados todos os concorrentes da data e hora a efetuar o mesmo.

5. Para efeitos do disposto no número anterior, o júri notificará os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da sua realização.
6. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
7. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.
8. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.

Artigo 12.º

Documentos de habilitação

1. O(s) adjudicatário(s) deve(m) apresentar no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - Certidão comprovativa de que se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, Declaração de consentimento para consulta *online*, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril;
 - Certidão comprovativa de que se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social ou, Declaração de consentimento para consulta *online*, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril;
 - Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h), do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (registo criminal da sociedade e dos respetivos gerentes/administradores);
 - Certidão do Registo Comercial (atualizada) ou, Código de Acesso à Certidão *Online* de Inscrição de Pessoa Coletiva, nos termos do artigo 4.º da Portaria n.º 259/2018, de 13 de setembro;

- Declaração cuja minuta foi emitida conforme modelo constante do Anexo II-M, prevista no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, na sua redação atual, devidamente preenchida e assinada.
2. O(s) adjudicatário(s) está(ão) ainda obrigado(s) a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, apresentando os seguintes documentos:
- Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o Adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
 - Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo 10) e DMR;
 - Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
 - Anexo R da última declaração periódica do IVA;
- ou, em alternativa
- Declaração, sob compromisso de honra, subscrita por quem obriga a sociedade, referindo que não preenche as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referidas no artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.
3. Juntamente com os documentos de habilitação o(s) adjudicatário(s) deverá(ão), ainda, apresentar a identificação completa (através de cópias do Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão e indicação de residência) da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o(s) contrato(s), acompanhadas da respetiva autorização, com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito, bem como apresentar o comprovativo de registo de beneficiário efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual.
4. Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados, será concedido um prazo de 2 dias úteis para a respetiva supressão.

Artigo 13.º

Contrato

O(s) contrato(s) a adjudicar, cuja(s) minuta(s) será(ão) aprovada(s) e elaborada(s) nos termos dos artigos 98.º a 103.º do Código dos Contratos Públicos, será(ão) reduzido(s) a escrito, nos termos dos artigos 94.º e ss. do mesmo diploma legal.

Artigo 14.º

Caução

Não é exigida a prestação de caução, nem a retenção de pagamentos, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 15.º

Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

Artigo 16.º

Legislação aplicável

Em tudo o não especificado no presente Programa do Concurso aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos na sua redação atual.

ANEXO I

ANEXO I-M

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo–quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

- a)*
- b)*

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção

acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II-M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º